



Recebido em 12/12/2024
Aceito em 10/02/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56477

ARTIGO

História Urbana: variedade temática, interdisciplinaridade, conceitos e base teórica

Urban History: thematic variety, interdisciplinarity, concepts and theoretical basis

Jaciane Aparecida Jesus da Cruz

Mestranda em História na Universidade Estadual de Santa Cruz

<https://orcid.org/0009-0002-9448-2321>

RESUMO: O presente artigo busca pensar a História Urbana como variedade temática, enfatizando sua interdisciplinaridade e relevância para a compreensão das dinâmicas das cidades. Através de revisão bibliográfica, analisa conceitos e bases teóricas que conectam a História Urbana aos campos historiográficos, sendo eles História Econômica, História Política e História Cultural, partindo da máxima que toda história é social. Destaca-se ainda a evolução das cidades enquanto palimpsestos históricos e culturais, abrangendo a complexidade social, econômica e espacial das áreas urbanas. A cidade é apresentada como produto e processo, refletindo relações de poder e transformações socioculturais. O artigo reafirma a importância de integrar diversas abordagens teóricas para compreender a dinâmica urbana, consolidando a História Urbana como uma variedade essencial para a historiografia contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano. Historiografia Urbana. Estudos do Urbano.

ABSTRACT: This article seeks to consider Urban History as a thematic variety, emphasizing its interdisciplinarity and relevance for understanding the dynamics of cities. Through a bibliographic review, it analyzes concepts and theoretical bases that connect Urban History to the historiographical fields, namely Economic History, Political History and Cultural History, based on the maxim that all history is social. It also highlights the evolution of cities as historical and cultural palimpsests, encompassing the social, economic and spatial complexity of urban areas. The city is presented as a product and process, reflecting power relations and sociocultural transformations. The article reaffirms the importance of integrating diverse theoretical approaches to understand urban dynamics, consolidating Urban History as an essential variety for contemporary historiography.

KEYWORDS: Urban space. Urban Historiography. Urban Studies.

Introdução

O século XIX na Europa foi marcado pelo crescimento e expansão das cidades, notadamente em lugares como Londres e Paris, devido à Revolução Industrial. Esse aumento urbano impulsionou os primeiros esforços de planejamento urbano. Líderes europeus enfrentaram o desafio de ordenar e higienizar as cidades, buscando soluções para a vida urbana. Nesse contexto, estudiosos como Fustel de Coulanges (2006), Max Weber (2004) e George Simmel (1995) refletiram sobre o passado urbano, oferecendo valiosos testemunhos sobre a cidade e sua evolução na segunda metade do século XIX (Raminelli, 1997, p. 271).

Fustel de Coulanges, considerado o primeiro historiador moderno dedicado ao estudo da cidade, causou polêmica acadêmica com seu trabalho “A Cidade Antiga” (1864). Ele investigou a relação entre religião, política e o modelo de Estado greco-romano, abordando a origem da propriedade privada e as revoluções que moldaram essas sociedades. Seu foco estava na organização das cidades-estado destacando a evolução social desde a família até a pólis. Coulanges argumentou que a sociedade grega se desenvolveu a partir da família, necessitando da pólis para alcançar seu estágio mais avançado. O “ser político” nasceu na cidade refletindo as preocupações da segunda metade do século XIX, marcada pela ideia de progresso e teorias sobre a ordenação e compreensão das etapas da história humana (Raminelli, 1997, p. 272).

A hermenêutica urbana se refere à interpretação do espaço urbano como um texto. Ou seja, como uma obra que pode ser analisada, interpretada e compreendida em sua complexidade. É relevante observar uma abordagem que pense a cidade como um produto cultural e histórico, cujo significado vai além de sua função utilitária, para melhor compreender seu contexto e evolução ao longo do tempo (Lepetit, 2001).

Dessa forma, este texto busca fazer um levantamento bibliográfico, expondo e discutindo, sobre a colocação da História Urbana como uma variedade temática que está conectada aos três campos da História: Econômica, Política e Cultural (partindo da máxima de que toda história é social). Além disso, busca-se expor conceitos e bases teóricas para estudos em História Urbana, além de levantar a questão da interdisciplinaridade.

As investigações urbanas envolvem equipes interdisciplinares, ampliando os objetos de pesquisa para reconstruir a complexidade da estrutura social e

destacar as relações no espaço urbano. Essa “Nova História Urbana” se caracteriza pelo emprego de teorias para organizar o extenso material empírico, reconhecendo que os dados não se organizam naturalmente em conjuntos compreensíveis (Raminelli, 1997, p. 276-277).

A necessidade de se pensar a História Urbana como variedade temática

Há uma emergência da História Urbana para se consolidar como uma variedade temática do conhecimento histórico, principalmente no mundo ocidental. Silva (2002) busca apontar e analisar os principais eventos, marcos e discussões, que pautaram essa emergência utilizando como base a literatura britânica e estadunidense da segunda metade do século XX¹, em específico as décadas de 1960, 1980 e 1990. De acordo com Silva (2002)

Isso ocorre devido ao papel pioneiro desempenhado pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos no avanço das análises históricas sobre a cidade, bem como ao potencial de disseminação internacional proporcionado pela língua na qual essas contribuições foram formuladas (Silva, 2002, p. 75).

A principal dificuldade na identificação do surgimento desse campo de conhecimento decorre da ausência de uma definição clara do que poderia ser denominado como História Urbana. Ao longo do tempo, a história das cidades tem se confundido com a própria narrativa das civilizações e do território, abrangendo tanto a história local quanto a história dos países e das regiões. O gênero estabelecido das biografias urbanas, até as primeiras décadas do século XX, era predominantemente composto por obras de não especialistas em história (Silva, 2002, p. 76).

Tanto a história do urbanismo quanto a organização física dos sítios urbanos eram, por sua vez, principalmente abordadas por arquitetos e/ou urbanistas, nem sempre historiadores de formação. Essa produção permaneceu, por muito tempo, vinculada ao domínio da história da arte e/ou da arquitetura, com pouca ou nenhuma ênfase em aspectos econômicos, sociais ou políticos. Basicamente, referia-se mais à dimensão estética e formal, dentro do contexto da história da produção cultural (Silva, 2002, p. 76).

¹ A literatura britânica e estadunidense da segunda metade do século XX desempenhou um papel central na consolidação da História Urbana como campo de conhecimento devido à sua vanguarda na análise histórica da cidade e à ampla difusão proporcionada pela língua inglesa. Essa produção se destacou por marcos epistemológicos e debates historiográficos que influenciaram a historiografia ocidental, especialmente nas décadas de 1960, 1980 e 1990. A escolha por essa literatura, para o autor (Silva, 2002) se justifica pela sua relevância internacional, embora implique a exclusão de contribuições significativas de outras tradições não difundidas em inglês.

Outra fonte de interesse pelo contexto urbano surge das perspectivas historiográficas originadas em outros campos disciplinares². Abordagens provenientes principalmente da geografia, mas também da demografia, têm-se mostrado especialmente fecundas nesse sentido. A partir dessa diversidade de perspectivas, surgiram contribuições relevantes, algumas vezes com enfoques temáticos, como é evidenciado na história da urbanização, ou em abordagens em que o ambiente urbano se destaca como elemento crucial na interpretação histórica, como no caso do papel das cidades no desenvolvimento do capitalismo (Silva, 2002, p. 76). Essa produção historiográfica, caracterizada por sua considerável heterogeneidade, apresenta poucas referências teóricas comuns, não revelando uma identificação clara com um campo denominado “História Urbana”, configurando-se melhor como uma temática distribuída pelos campos fundamentais da historiografia - economia, política e cultura. Um caso peculiar é observado na Suécia onde existe uma tradição expressiva em História Urbana desde o início do século XX, fundamentada na história local. Isso inclui a criação, em 1919, do Instituto de História Urbana no país³ (Silva, 2002, p. 76).

Questões da historiografia

Somente a partir de meados do século XX é que começaram a surgir as primeiras iniciativas para a formação de um campo de conhecimento específico: a História Urbana. Como era de se esperar, essas iniciativas tiveram origem nos países com uma rica tradição em produção historiográfica, notadamente Grã-Bretanha e Estados Unidos. Os estudos voltados para os processos de desenvolvimento, industrialização e urbanização ocupavam uma parte significativa das preocupações dos pesquisadores em ciências sociais. Essa abordagem do urbano difere substancialmente dos trabalhos anteriormente dominantes, como biografias urbanas e história do urbanismo (Silva, 2002, p. 76). Assim,

2 As perspectivas historiográficas sobre o urbano derivam de diferentes campos disciplinares, especialmente da geografia, da demografia e da economia. A geografia urbana contribuiu para a análise da organização espacial das cidades, do crescimento urbano e da relação entre espaço e sociedade. Já a demografia trouxe abordagens sobre o crescimento populacional, os fluxos migratórios e as transformações sociais no meio urbano. Além disso, uma perspectiva econômica e social interpreta as cidades como elementos centrais no desenvolvimento do capitalismo, destacando seu papel como centros de produção, comércio e inovação.

3 A produção historiográfica sobre o urbano é bastante heterogênea, sem referências teóricas comuns ou uma identificação clara com um campo específico denominado “história urbana”. No entanto, a Suécia representa um caso particular nesse contexto, pois, desde o início do século XX, desenvolveu uma tradição consolidada de estudos urbanos, fortemente baseada na história local. Essa tradição foi institucionalizada em 1919 com a criação do Instituto de História Urbana, evidenciando um esforço pioneiro na sistematização desse campo de estudo.

Se, por um lado, a necessidade de transdisciplinaridade foi uma questão consensual, o mesmo não pode ser dito da inserção da História Urbana em relação ao conjunto da ciência histórica. Duas posições antagônicas se delinearam. De um lado, aqueles que viam na História Urbana um campo de conhecimento específico e diferenciado do resto da produção historiográfica. A contemplação dos processos ligados ao fenômeno urbano complementou e forneceu elementos explicativos a dimensões não abordadas pelo conjunto da história social (Silva, 2002, p. 78).

O termo “urbano” não pode ser aplicado de maneira simplista ao conceito de cidade. O adjetivo “urbano” se refere a uma dimensão específica da história que não é adequadamente explicada por outros quadros de referência, da mesma forma que ocorre com a história econômica ou a história cultural. Embora não estejam formalmente incluídos no grupo de historiadores urbanos, Henri Pirenne e Fernand Braudel personificavam e ilustravam uma perspectiva que enfatizava a dimensão urbana como um elemento crucial na explicação do desenvolvimento histórico, ou seja, a “cidade como um processo” (Silva, 2002, p. 78).

Em oposição à perspectiva de “cidade como processo”, é possível observar historiadores e cientistas sociais que veem o espaço urbano apenas como o cenário onde ocorrem conflitos e transformações sociais. Alguns deles, paradoxalmente, autodenominavam-se historiadores urbanos por um período. Contudo, nessa abordagem, não existia uma História Urbana como um domínio específico, os fenômenos abordados eram considerados apenas incidentes urbanos. Essa visão ficou conhecida como a perspectiva “urbano como sítio” (*urban as a site*) em inglês. Na verdade, esse debate ultrapassa e precede a formação dos grupos autodenominados historiadores urbanos. A historiografia marxista, na pessoa de Hobsbawm e Hilton, questiona o papel da História Urbana, visto que

No famoso artigo “*From Social History to the History of Society*”, questiona o potencial da História Urbana como paradigma explicativo da mudança social. Outra referência importante, também na mesma linha crítica, é o artigo de R. H. Hilton, *Towns in English feudal society*, que questiona a interpretação de Henri Pirenne de que as cidades são a antítese e fator de desagregação da sociedade feudal (Silva, 2002, p. 80-81).

Há, portanto, uma extensa linha de questionamento não apenas relacionada à História Urbana, mas abrangendo todas as análises de processos sociais que utilizam o urbano como categoria de estudo. Na Europa, a “constituição da História Urbana” foi atribuída à formação do “grupo de Leicester”, enquanto nos Estados Unidos, o papel equivalente foi desempenhado pelo *New Urban History*. Este último surgiu com a conferência *Nineteenth Century Industrial City*, em 1968, organizada por Richard Sennett e Stephan Thernstrom na Universidade de Yale.

A História Urbana concebida pelo *New Urban History* adotou uma perspectiva sociológica contrastando com um enfoque mais econômico do grupo de Leicester. O *New Urban History* se destacou pela busca de conexões entre dados históricos e teoria sociológica, pela aplicação de abordagens quantitativas e pelo interesse em aspectos das experiências cotidianas. Embora inicialmente entusiástico, o movimento enfrentou críticas devido à falta de explicação do contexto nos comportamentos analisados. No entanto, sua contribuição significativa foi a transferência de métodos sociológicos para o estudo urbano, evidenciada no projeto coletivo de pesquisa, o *Philadelphia Social History Project*, liderado por Hershberg. Este projeto utilizou análises informatizadas para examinar o desenvolvimento metropolitano, comportamentos sociais e conexões entre organização espacial e relações sociais no contexto da industrialização.

O ano de 1980 marcou um período significativo na História Urbana, com a realização da *Dyos Memorial Conference*. Inicialmente organizada por Dyos e, após sua morte, por Derek Fraser e Anthony Sutcliffe, a conferência ocorreu em um contexto de certo desencanto. Apesar disso, a década de 1980 foi prolificamente produtiva para a História Urbana. Nesse período, as críticas às abordagens quantitativas estadunidenses estavam amplamente absorvidas e a experiência do *Philadelphia Social History Project*, embora não pudesse ser um modelo geral, apresentou resultados interessantes.

A produção historiográfica urbana na Inglaterra permaneceu abrangente e multifacetada, mas durante a década, surgiu uma considerável produção tanto francesa⁴ quanto alemã⁵. Houve uma diminuição das ambições explicativas da História Urbana, marcada pela cautela em relação a uma “interpretação urbana da história”, após as críticas dos anos 1970. A década também testemunhou um aumento nas contribuições da sociologia e a manutenção do peso hegemônico das biografias urbanas, agora contextualizadas em vez de isoladas.

Na década de 1990, a História Urbana europeia manteve sua dinâmica e produtividade com avanços notáveis em projetos de pesquisa, publicações e associações nacionais e redes, como a Associação Europeia de Historiadores Urbanos. Esse dinamismo contrasta com a posição marginal da História Urbana nos Estados Unidos. Apesar dos avanços na transdisciplinaridade, houve

4 O principal aspecto foi a fusão entre história urbana e história social, contrastando com a abordagem adotada na Grã-Bretanha. Destaca-se, ainda, a publicação coletiva e de grande relevância de *Histoire de la France urbaine*, uma obra em cinco volumes lançada entre 1980 e 1985 (Le Goff et al., 1980-1985).

5 A produção alemã se consolidou com foco na história das administrações locais, além de abordagens econômicas, demográficas e do cotidiano (Pinol, 1991, p. 6-9).

reconhecimento dos desafios na prática efetiva dessa abordagem. A produção, embora efervescente, carece de sínteses abrangentes, sendo predominantes as coletâneas com contribuições limitadas por barreiras nacionais.

A transcendência da dimensão local foi um grande desafio nos anos 1990, e as biografias urbanas, tema constante desde os anos 1960, continuaram a ser predominantes. As análises sobre biografias urbanas evoluíram ao longo do tempo, passando de uma previsão de extinção para uma consideração como produção adequada para historiadores juniores na década de 1980. Nos anos 1990, percebeu-se que as biografias persistem, em parte, devido à estrutura da pesquisa acadêmica, mas estratégias de transcendência foram propostas, como estudos comparativos e análises de redes urbanas.

As perspectivas de desenvolvimento destacam o risco de empobrecimento da História Urbana devido à fragmentação de interesses em grupos específicos, como períodos históricos ou temas como planejamento/urbanismo e morfologia urbana. Essa crítica guarda semelhança surpreendente com as objeções à abordagem “urbano como sítio”, na qual o objeto é considerado acidentalmente urbano (Silva, 2002, p. 85). Em parte, essa crítica surge da persistente busca por desenvolver uma compreensão abrangente do objeto, enriquecida por diversas contribuições.

Ao longo da evolução dos estudos urbanos, observamos repetidas tentativas de criar esse conhecimento completo, frequentemente na busca por uma teoria geral sobre o urbano, todas sem êxito. A complexidade e pluridimensionalidade inerentes ao domínio do urbano e da cidade exigem a adoção de diversas abordagens historiográficas. Ou seja, isso posiciona a História Urbana como uma variedade temática que abrange uma diversidade de subtemas, como a História Urbano-Portuária, Culturas Urbanas, Urbanização para Industrialização e entre outros. O crucial é que a cidade permaneça sempre como o objeto central de estudo, reconhecendo sua natureza multifacetada e complexa. Dessa forma, é necessário integrar diferentes conhecimentos e abordagens para aprimorar a compreensão da dinâmica urbana.

Assim, a História Urbana, como temática de estudo, concentra-se na análise da evolução das cidades ao longo do tempo, buscando compreender não apenas os aspectos físicos, mas também as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas que moldaram e foram moldadas pelo ambiente urbano. Sua abordagem interdisciplinar é fundamental ao estabelecer diálogos com áreas

como a sociologia, antropologia, geografia, arquitetura, economia, ciência política e literatura para obter uma compreensão holística das cidades.

Teorias como a dos lugares centrais, produção do espaço e urbanas críticas exploram as interações entre o espaço urbano e a sociedade. A cidade é frequentemente contextualizada como um palimpsesto, onde diferentes camadas do passado coexistem com o presente, representando distintos períodos históricos. A História Urbana está intrinsecamente ligada aos processos de modernização e urbanização, examinando as transformações sociais na era da modernidade.

A interdisciplinaridade nos estudos urbanos

A História Urbana constitui um ramo especializado na investigação do desenvolvimento de áreas urbanas e cidades ao longo do tempo. Este campo abrangente analisa uma variedade de elementos, incluindo a origem e expansão das cidades, as transformações sociais, econômicas e culturais presentes nas zonas urbanas, as dinâmicas de poder, as mudanças arquitetônicas e a interação entre o ambiente urbano e seus habitantes.

Mais do que apenas examinar as estruturas físicas, a História Urbana se concentra nas experiências humanas intrínsecas a esses ambientes. Além disso, destaca-se ao explorar o papel das cidades como pólos de inovação, comércio, cultura e política. Esta temática de estudo não apenas desvela a evolução destes centros urbanos, mas também investiga minuciosamente as complexidades sociais, econômicas e políticas que emergem nesses contextos urbanos, assim como redes urbanas e na relação entre a(s) cidades(s) e a sua região - como as regiões metropolitanas.

Além disso, a História Urbana se concentra nas mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorrem nas áreas urbanas, revelando as dinâmicas de transformação que moldam as comunidades urbanas. As relações de poder também ocupam um espaço significativo, sendo estudadas para compreender como as estruturas de liderança e influência se desenvolvem e se transformam nas configurações urbanas.

Na frente social, a História Urbana examina as interações humanas dentro das cidades, investigando como as comunidades urbanas evoluem, organizam-se e se adaptam. Questões de classe, estratificação social e diversidade são abordadas para revelar as dinâmicas sociais que moldam a vida urbana. A análise das relações de poder nas cidades, incluindo estruturas políticas e movimentos

sociais, proporciona uma visão aprofundada das forças que influenciam a trajetória das comunidades urbanas.

A contraposição entre as classes em uma sociedade radicalmente dividida faz com que as contradições na construção, ordenamentos e usos das cidades aflorem, mas, de acordo com Lepetit (2001) esse processo não só não inviabilizou historicamente a cidade capitalista, como é seu principal fundamento:

A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergir em no mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais cinco pares de evolução de certas formas produzidas ponto A complexidade é imensa (Lepetit, 2001, p. 177).

A perspectiva política na História Urbana destaca o papel das cidades como centros de governança, inovação e conflito. A evolução dos sistemas políticos urbanos, desde a antiguidade até os dias atuais, é explorada para compreender como as cidades se tornam pontos cruciais de tomada de decisões e palcos de transformações políticas significativas (Benevolo, 2005).

No âmbito cultural, a História Urbana mergulha na riqueza das expressões artísticas, arquitetônicas e intelectuais que emanam das cidades. A diversidade cultural, as práticas cotidianas, as manifestações artísticas e as influências recíprocas entre a cidade e sua cultura são estudadas para capturar a identidade única de cada ambiente urbano.

Por fim, a análise econômica na História Urbana examina o papel das cidades como centros de comércio, inovação econômica e produção. O estudo das transformações econômicas, ao longo do tempo, incluindo o desenvolvimento de mercados, a industrialização e as consequências das mudanças econômicas globais, contribui para uma compreensão abrangente do papel econômico das cidades.

Em conjunto, essas frentes, perspectivas e abordagens da História Urbana convergem para formar um quadro rico e interconectado. Ao integrar aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos, esta disciplina oferece uma narrativa holística que revela a dinâmica e a complexidade das cidades ao longo de sua história, contribuindo para uma compreensão mais profunda das sociedades urbanas. A interdisciplinaridade na História Urbana se evidencia na integração de conceitos provenientes da arquitetura, geografia, sociologia, antropologia, economia e outras áreas afins. A análise da formação e expansão das cidades, por exemplo, requer uma compreensão não apenas das mudanças arquitetônicas,

mas também das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldam esses espaços urbanos.

A sociologia desempenha um papel crucial ao examinar as relações de poder nas cidades, investigando como as estruturas sociais se desenvolvem e influenciam as comunidades urbanas. A antropologia, por sua vez, contribui para a compreensão das experiências humanas dentro desses ambientes, explorando a interação entre o ambiente urbano e seus habitantes (Castells, 2014). A geografia urbana oferece uma perspectiva espacial, analisando a distribuição e a organização dos elementos urbanos, enquanto a economia fornece insights sobre as questões econômicas e comerciais que moldam o crescimento urbano. A interação entre cultura e cidade é um campo fértil para a colaboração com historiadores da cultura e estudiosos das artes (Santos, 1993; Singer, 2002).

Além disso, a História Urbana se beneficia da interdisciplinaridade ao explorar o papel das cidades como centros de inovação e política. A integração de conhecimentos provenientes de diferentes disciplinas permite uma análise mais abrangente e contextualizada, revelando as complexas interconexões que caracterizam o desenvolvimento urbano ao longo da história. Em suma, a História Urbana, ao se valer da interdisciplinaridade, enriquece suas narrativas e interpretações, proporcionando uma compreensão mais profunda e holística da evolução das cidades e das sociedades que nelas habitam. Essa abordagem colaborativa destaca a importância de considerar uma variedade de perspectivas para capturar a riqueza e a complexidade da História Urbana.

Conceitos e base teórica para estudos em História Urbana

A cidade, para Singer (2002), é o epicentro do poder e da classe dominante, liberada das responsabilidades diretas da produção. Carlos (2008), pensa o espaço urbano sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, em duas frentes, a produção e a reprodução.

Castells se destaca pela conceitualização do espaço urbano e do processo de urbanização na América Latina. Já Harvey, com a produção do espaço, explora a relação entre capitalismo e espaço, evidenciando como este é reflexo das relações sociais. Enquanto Lefebvre, defende a participação cidadã na criação do espaço urbano, criticando a urbanização capitalista.

Segundo Singer (2002, p. 18), a cidade é sede do poder, e em consequência, da classe dominante. Esta que se encontra livre das obrigações diretas da produção.

Além disso, a origem da sociedade de classes é anterior a da origem da cidade. Porém, é com a aglomeração urbana que a divisão do trabalho se expande.

A cidade, originária da cidade-estado, não cria elementos inéditos, como o comércio, mas transforma sua função e estrutura ao longo do tempo. Com o surgimento da produção regular e especializada de bens mais sofisticados na Idade Média, o espaço urbano passa a desempenhar um papel central na organização econômica e social. Esse processo reflete não apenas avanços técnicos, mas também a consolidação de novas formas de dominação social, uma vez que a cidade se estrutura em torno de relações hierárquicas de poder, controle do trabalho e distribuição da riqueza. Assim, a cidade se constitui como um espaço de inovação na organização da produção e na regulação das interações sociais, tornando-se um pólo essencial para a vida política, econômica e cultural.

Harvey (2005), vai além das fronteiras da geografia ao dialogar com demais áreas das Ciências Humanas, - Economia, Antropologia, Ciências Políticas, etc, - ao fazer sua investigação teórica. Tal postura – aliada às concepções marxistas, permite análises temáticas como capital fixo e a acumulação de valor na economia globalizada e de alta tecnologia, além da reflexão sobre a vida e a cultura urbana. Harvey relaciona a teoria da acumulação com o entendimento da estrutura espacial e com a análise de Marx acerca da localização.

Para Marx, o crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. “A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista” (Harvey, 2005, p. 43). Primeiramente, é preciso pensar um dos aspectos da circulação, sendo o primeiro deles o movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao lugar de consumo. Esse é o aspecto que integra o processo produtivo, e, portanto, gerador de valor. Dessa forma, a indústria do transporte e da comunicação que vende mudança de localização é diretamente produtora de valor, visto que a condição espacial, quando considerada economicamente, é ligada ao transporte do produto ao mercado, já que este pertence ao processo de produção.⁶ “Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte” (Harvey, 2005, p. 50). Assim,

A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso. Além disso, as crises nos investimentos do capital fixo são consideradas como sinônimo, em muitos aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico (Harvey, 2005, p. 55).

6 Do ponto de vista da produção, faz parte do desenvolvimento das forças de produção pelo capital a redução dos custos da circulação real no espaço (Harvey, 2005, p. 49).

A avaliação burguesa da localização só se aplica como expressão de configurações ideais em condições específicas. A teoria marxista, por sua vez, instrui sobre a conexão teórica entre a acumulação e a transformação das estruturas espaciais, oferecendo uma compreensão teórica e material para entender as interações entre a geografia e a história (Harvey, 2005, p. 55).

O propósito da acumulação capitalista é atendido quando há a formação de um sistema geográfico integrado de produção e troca, mesmo que o capitalismo tenha que absorver modos não-capitalistas de produção (Harvey, 2005, p. 56-58). Lefebvre, baseando-se em Marx e Engels, apresenta duas acepções ao conceito de produção. Seria:

Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. (...) A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas, formas diversas, mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção (Lefebvre, 2011, p. 105-106).

O conceito mais restrito se refere a produtos, sendo:

A produção, o produto, o trabalho, conceitos que emergem simultaneamente e permitem fundar a economia política, constituem abstrações privilegiadas, abstrações concretas: elas permitem analisar as relações de produção. Quanto ao conceito de produção, ele só se torna plenamente concreto e recebe seu conteúdo com a resposta às questões que ele permite colocar: “Quem produz? O que? Como? Por que e para quem?” (Lefebvre, 2011, p. 106-107).

Já o espaço social engloba coisas produzidas em uma relação de coexistência e simultaneidade, implicando múltiplos conceitos. Sua relação com a produção está na própria produção do espaço. Os espaços são produtos feitos a partir da matéria-prima advinda da natureza e de uma atividade econômica. “O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial” (Lefebvre, 2011, p. 126).

Além disso, a cidade não se limita apenas a ser um produto econômico, mas também é uma criação política e cultural. Ela é produzida como uma máquina para o aproveitamento de um modo de produção, mas, como é feita e habitada por pessoas, transcende essa função. A cidade é palco de dinâmicas sociais complexas, onde interagem diversas formas de poder, cultura e identidade. Esses aspectos são cruciais para entender como os espaços urbanos são vividos e transformados pelos seus habitantes. A reflexão sobre o espaço urbano deve, portanto, incluir a dimensão humana e cultural, reconhecendo que as cidades são moldadas tanto por forças econômicas quanto por práticas sociais e culturais dos seus moradores.

Carlos analisa a produção do espaço urbano dentro da perspectiva aberta pelo materialismo histórico e dialético.⁷ Para a autora, isso não é uma transposição de categorias de análise marxista para Geografia, mas de sua superação, buscando repensar essa ciência e a sua capacidade de analisar a relação do ser humano dentro da mesma e o significado do espaço (Carlos, 2008, p. 14). A autora considera a industrialização como ponto de partida da investigação da análise do urbano, por conta de relações desse meio entendendo a cidade enquanto processo e não enquanto fábrica. Para isso é preciso pensar não só nas intervenções, mas na discussão da paisagem como forma de manifestação no espaço, o ciclo do capital - como elemento do processo de produção espacial, - e o papel dos movimentos sociais e do Estado na produção e reprodução do espaço urbano (Carlos, 2008, p. 14-15). Sobre o ciclo do capital e as relações de trabalho, Carlos afirma que

No que se refere à primeira questão, parece-nos que a discussão da materialização do ciclo do capital como unidade entre processo de produção e de circulação (esta envolvendo a distribuição e a troca) coloca a discussão numa outra perspectiva. Este ponto de vista implicaria analisar o urbano considerado como condição geral do processo de reprodução do capital, e desta feita, em última análise, o espaço urbano se reproduziria como capital fixo. O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações, econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural e filosófica (Carlos, 2008, p. 23).

O espaço geográfico não é a base da história mundial, mas sim o produto das relações fundamentadas na divisão do trabalho, advinda da relação do ser humano com a natureza no momento histórico determinado. Assim, um processo de produção e reprodução tem como base a acumulação técnica-cultural e a relação dialética entre o velho e o novo. Sendo o velho, o espaço como meio de produção, e o novo, o processo de produção atual em si (Carlos, 2008, p. 34). Para a autora:

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz) (Carlos, 2008, p. 34).

Logo, o espaço geográfico pode ser entendido como movimento historicamente determinado da produção social. Sendo, assim, a produção como

⁷ Como o materialismo histórico, a concepção de história redefine a relação homem-natureza que se coloca em outro patamar de fundamental importância no entendimento do espaço urbano (Carlos, 2008, p. 257).

uma análise do momento particular do todo e suas articulações e conexões com o movimento geral. Enquanto a reprodução, pode ser vista como o processo de realização e acumulação do capital e o desenvolvimento da vida humana (Carlos, 2008, p. 34). Para Ana Fani Carlos o conceito de lugar pode ser visto como uma forma de decompor o fenômeno espacial ou abordar a questão da diferenciação, mas isso só acontece quando se vai além da ideia dele como um fato isolado. Nesse contexto, o lugar não é definido pela escala, mas sim como uma parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual.

Sob essa perspectiva, pode conceber o lugar como uma representação espacial delineada pelos entrelaçamentos impostos pela divisão espacial do trabalho, articulada e determinada pela totalidade espacial. Portanto, não é uma forma autônoma com vida própria uma vez que sua origem está vinculada ao caráter social do trabalho que molda o espaço geográfico (Carlos, 2008, p. 42). Carlos conceitua paisagem urbana como forma de manifestação do urbano que tende a “revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano considerado como processo” (Carlos, 2008, p. 43).

Seria ela a concretização da realidade das representações das relações sociais reais que a sociedade cria em seu processo de desenvolvimento. “A paisagem não é só produto da história; ela reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer, do beber, enfim do viver” (Carlos, 2008, p. 46). Assim,

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica; existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo trabalho considerado como atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos etc. (Carlos, 2008, p. 48).

O espaço construído se refere ao choque presente na paisagem urbana, o que a autora chama de contrastes (diferenças). Se referem aos usos do solo, em função da divisão social do trabalho, refletindo as contradições presentes na produção do espaço urbano. Dessa forma, a cidade concentra construções estéticas e diferenciadas feitas pelo movimento humano e na relação ser humano-natureza, uma relação de produção e consumo do ambiente urbano (Carlos, 2008, p. 50-51). Ou seja,

A paisagem é uma forma histórica específica que se explica através da sociedade que a produz, um produto da história das relações materiais

dos homens que a cada momento adquire uma nova dimensão; específica de um determinado estágio do processo de trabalho vinculado à reprodução do capital (Carlos, 2008, p. 56).

O processo de trabalho, essencial para a valorização do capital, utiliza o trabalhador e a cidade como meios diretos. Isso ocorre porque o capital possibilita a disponibilidade de trabalho não remunerado, enquanto a cidade se concretiza como condições gerais de produção, especialmente através do desenvolvimento da rede de circulação que busca eliminar a distância entre mercado e fábrica pela redução do tempo. Sobre o movimento na paisagem, a autora afirma que marca o ritmo, o modo e o pensar da vida, e que o capitalismo criou um novo modo de produção e um novo homem, que está cada vez mais menos identificado com o espaço que o seu trabalho criou, direta ou indiretamente (Carlos, 2008, p. 59).⁸

Acerca do uso do solo urbano:

A cidade é essencialmente o lócus da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho, é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (Carlos, 2008, p. 83-84).

Dessa forma, a cidade, e o estudo desta ultrapassa a linha das atividades físicas, estruturais e populacionais. Chegando a questões socioeconômicas e da atuação e dos interesses do capital, mesmo que o nascimento da cidade seja anterior ao capitalismo.

Considerando como uso do solo para o processo de reprodução do capital, o espaço será analisado como capital fixo; como uso para a reprodução da vida, ele será examinado como meio de consumo coletivo (Carlos, 2008, p. 92).

Há um processo de reprodução do capital como meio de produção sob a forma de capital fixo, isso por conta da análise do espaço urbano feita pela perspectiva da realização da mais valia capitalista. Porém, com a mudança da perspectiva, - o urbano agora visto como local de indústria, trabalho social, mercadorias, mão de obra e materialização das condições de produção - há a mudança de análise, sendo, agora, a cidade vista como meio e produto do processo de reprodução da sociedade. Segundo Carlos:

O processo capitalista se desenvolve a partir da universalização das trocas e internacionalização do capital, aprofundando a divisão espacial do trabalho e, com isso, o vínculo entre os países. Na verdade, a reprodução do espaço nacional tenderá a manifestar as contradições inerentes ao conjunto mundial, assentadas, basicamente, em relação

⁸ A divisão do trabalho (com a consequente perda de seu conteúdo) e a propriedade privada são os elementos fundamentais para análise do processo de produção espacial. O sistema capitalista tornou o trabalho alienado e sem conteúdo, e o homem, escravo do capital, privando-o da natureza como parte da sua vida inorgânica (Carlos, 2008, p. 257).

à dominação-subordinação pela qual os estados nacionais tendem a aliar-se cada vez mais ao capital multinacional (Carlos, 2008, p. 181).

Dessa forma, a autora pensa uma crise urbana, advinda do contexto descrito acima, alertando para a desigualdade intensa em países dependentes, como é o caso do Brasil. Assim, é papel fundamental dos movimentos sociais urbanos se contrapor ao que Carlos chama de dinâmica internacional – movimento de contradições presentes em sociedades em estado de relação de subordinação e dominação geradas pelo capitalismo.

São essas relações e manifestações que garantem a revolução popular o título de formadora do urbano, no que se refere a sua movimentação e produção no espaço urbano, advindas da força de trabalho e das relações trabalhistas, - cabendo a burguesia a colocação de inventora da cidade como agrupamento para concentrar pessoas e a produção nos moldes capitalistas (Carlos, 2008, p. 181-183).

Sob a perspectiva de Castells (2014, p. 16), o conceito de urbano se refere a uma configuração específica da ocupação do espaço por uma comunidade, caracterizada pela formação de uma aglomeração resultante de uma concentração significativa e de uma densidade relativamente elevada. Para Castells

Mas dito isto, quando se pretende utilizar diretamente esta definição “teórica” numa análise concreta, começam as dificuldades: em que nível de densidade e dimensão pode uma unidade espacial de população ser considerada urbana? Quais são, na prática, os fundamentos teóricos e empíricos de cada um dos critérios? (Castells, 2014, p. 16).⁹

Ou seja, para o autor, o termo “urbanização” se refere ao mesmo tempo tanto à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa de atividades e populações num espaço restrito, como à existência e difusão de um sistema cultural particular, a cultura urbana. Essa confusão é ideológica e tem por finalidade: estabelecer a correspondência entre formas ecológicas e conteúdos culturais; e sugerir uma ideologia de produção de valores sociais baseada num fenômeno “natural” de adensamento e heterogeneidade social (Castells, 2014, p. 26).

Ao contrário de uma percepção comum, o desenvolvimento do capitalismo industrial não resulta no fortalecimento da cidade; pelo contrário, leva praticamente à sua extinção como sistema institucional e organização relativamente autônoma, anteriormente centrada em seus próprios elementos. A ascensão da mercadoria

⁹ “Pero una vez dicho esto, cuando se quiere utilizar directamente esta definición “teórica” en un análisis concreto, empiezan las dificultades: ¿a qué nivel de densidad y de dimensión puede considerarse urbana una unidad espacial de población? ¿Cuáles son, en la práctica, los fundamentos teóricos y empíricos de cada uno de los criterios?” (Castells, 2014, p. 16).

como peça fundamental do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais em um espaço mais amplo, bem como a homogeneização do sistema institucional, contribuem para o desaparecimento da integração entre a forma espacial, a cidade, e a esfera de dominação de uma classe social específica, a burguesia.

A disseminação urbana, nesse contexto, equivale à perda do particularismo ecológico e cultural característico da cidade. Assim, o processo de urbanização e a autonomia do modelo cultural “urbano” emergem como dois fenômenos paradoxalmente contraditórios (Castells, 2014, p. 21). Segundo o autor:

Com efeito, se o crescimento demográfico é elevado, o da população urbana é ainda mais espetacular e as formas espaciais que assume são predominantemente expressivas e carregadas de significado político. Extrair o seu significado em relação ao lugar que ocupam e ao papel que desempenham na estrutura social parece ser o objetivo comum de análises que vão além da descrição (Castells, 2014, p. 49).¹⁰

O trecho destaca a relação entre o crescimento demográfico, especialmente o crescimento da população urbana, e as formas espaciais que essa população assume nas cidades. Quando o crescimento demográfico é significativo, o crescimento da população urbana é ainda mais notável. As formas espaciais referem-se à maneira como as áreas urbanas se desenvolvem e se organizam fisicamente. Essas formas espaciais não são apenas físicas, mas também carregadas de significado político. Isso significa que a configuração e a distribuição das áreas urbanas não são apenas resultado de fatores demográficos, mas também estão influenciadas por questões políticas e sociais.

O termo “predominantemente expressivo” sugere que as características físicas das áreas urbanas refletem expressões visíveis e simbólicas de ideias, poder ou identidade. O trecho indica que além de simplesmente descrever o crescimento demográfico e as mudanças nas formas urbanas, há um interesse em extrair significado dessas transformações. Compreender o significado dessas formas espaciais em relação ao lugar que ocupam e ao papel que desempenham na estrutura social é identificado como um objetivo comum de análises mais aprofundadas.

Em outras palavras, a análise vai além da mera observação quantitativa, buscando compreender o contexto social e político das mudanças urbanas. O

¹⁰ “En efecto, sí el crecimiento demográfico es alto, el de la población urbana es aún más espectacular y las formas espaciales que toma son principalmente expresivas y están cargadas de significación política. Extraer su sentido en relación al lugar que ocupan y al papel que juegan en la estructura social, parece que es el objetivo común de los análisis que superan la descripción” (Castells, 2014, p. 49).

autor ainda aborda a relação entre o nível econômico, o crescimento demográfico e a urbanização. Primeiramente, destaca-se uma relação inversa entre o nível econômico e o crescimento demográfico, indicando que regiões mais desenvolvidas economicamente tendem a apresentar taxas de crescimento populacional mais baixas devido a fatores como acesso à educação e planejamento familiar.

Além disso, menciona-se a correlação positiva entre o desenvolvimento econômico¹¹ e o grau de urbanização, indicando que, à medida que uma região se desenvolve, é mais provável que sua população viva em áreas urbanas. O trecho analisado conclui com uma comparação histórica, destacando que, mesmo com populações urbanas semelhantes, os países “desenvolvidos” do passado possuíam níveis de industrialização significativamente mais altos do que os países “subdesenvolvidos” atuais. Essa observação ressalta disparidades históricas no desenvolvimento industrial entre esses grupos de países (Castells, 2014, p. 50-51). Para este autor:

Uma sociedade é dependente quando a configuração da sua estrutura social, a nível económico, político e ideológico, reflete relações assimétricas em relação a outra formação social que se encontra em posição de poder em relação à primeira. Por situação de poder entendemos que a estruturação das relações de classe na sociedade dependente reflete a forma de supremacia social adotada pela classe no poder na sociedade dominante (Castells, 2014, p. 55).¹²

O conceito de uma sociedade dependente é introduzido no trecho, caracterizando-a pela presença de relações assimétricas em sua estrutura social em relação a outra formação social que detém poder sobre ela. Essa dependência se manifesta em diferentes níveis, abrangendo aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

A situação de poder é definida pela configuração das relações de classe na sociedade dependente, refletindo a forma de supremacia social adotada pela classe dominante na sociedade que exerce influência. Dessa forma, a dependência social não se limita apenas a desequilíbrios econômicos, mas também incorpora

11 Berlinck e Cohen (1970) definem o crescimento econômico como um processo em que ocorre um persistente aumento da renda real de uma economia. Já, desenvolvimento econômico significa, um processo de mudança da divisão do trabalho na base da qual a maioria ou uma parcela substancial da população de uma sociedade passa a se beneficiar (através da melhoria das suas condições de vida) do crescimento econômico ocorrido. Enquanto isso, a modernização, por sua vez, foi definida como um processo de mudança do comportamento social de uma população onde os novos parâmetros culturais da estrutura são fornecidos pela Revolução Industrial.

12 “Una sociedad es dependiente cuando la configuración de su estructura social, en el nivel económico, político e ideológico, refleja relaciones asimétricas con respecto a otra formación social que se encuentra en relación a la primera en situación de poder. Por situación de poder entendemos que la estructuración de las relaciones de clase en la sociedad dependiente refleje la forma de supremacía social adoptada por la clase en el poder en la sociedad dominante” (Castells, 2014, p. 55).

dinâmicas de poder político e influências ideológicas, com ênfase nas relações de classe como elemento central na compreensão desse fenômeno complexo. Acerca do processo de urbanização latino-americano, Castells afirma que:

A urbanização latino-americana caracteriza-se, portanto, pelas seguintes características: população urbana que excede aquela correspondente ao nível produtivo do sistema; nenhuma relação direta entre emprego industrial e urbanização, mas associação entre produção industrial e crescimento urbano; forte desequilíbrio na rede urbana em benefício de uma aglomeração predominante; aceleração crescente do processo de urbanização; emprego e serviços insuficientes para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, acentuação da segregação ecológica por classes sociais e polarização do sistema de estatização ao nível do consumo” (Castells, 2014, p. 71).¹³

É possível observar que esse processo apresenta características distintas, incluindo uma população urbana que ultrapassa a capacidade produtiva do sistema, uma associação entre produção industrial e crescimento urbano sem uma relação direta entre emprego industrial e urbanização. Existe um desequilíbrio na rede urbana favorecendo uma aglomeração predominante em detrimento de outras áreas urbanas. Ou seja, o processo de urbanização na região aumenta, mas há insuficiência de empregos e serviços para atender à crescente população urbana. Isso resulta em uma acentuação da segregação sócio-espacial por classes sociais e na polarização do sistema de estatização ao nível do consumo.

Milton Santos (1993) discute como a urbanização moderna é profundamente influenciada pelo desenvolvimento técnico e científico. Para ele, o meio técnico-científico informacional é a base sobre a qual a urbanização contemporânea se desenvolve. Ele argumenta que a tecnologia e a ciência não apenas facilitam a urbanização, mas também a estrutura de maneiras específicas. Esse meio técnico-científico proporciona os instrumentos necessários para a organização do espaço urbano, integrando diferentes territórios e criando redes que conectam diversos pontos da cidade e do país. Santos destaca que o planejamento urbano deve considerar as especificidades locais e regionais, integrando o desenvolvimento econômico, social e espacial. Ele critica modelos de urbanização que replicam padrões internacionais sem considerar as realidades locais. Para Santos, é essencial que o planejamento urbano seja democrático e participativo, envolvendo a comunidade local nas decisões que afetam seu espaço de vida.

13 “La urbanización latinoamericana se caracteriza, pues, por los rasgos siguientes: población urbana que supera la correspondiente al nivel productivo del sistema; no relación directa entre empleo industrial y urbanización, pero asociación entre producción industrial y crecimiento urbano; fuerte desequilibrio en la red urbana en beneficio de una aglomeración preponderante; aceleración creciente del proceso de urbanización; insuficiencia de empleo y servicios para las nuevas masas urbanas y, por consiguiente, acentuación de la segregación ecológica por clases sociales y polarización del sistema de estatificación al nivel del consumo” (Castells, 2014, p. 71).

Castelnou (2007) aborda o surgimento do urbanismo como um saber sistematizado e estruturado na disciplina de “planejamento urbano”. Ele destaca que o urbanismo emergiu como resposta às transformações sociais, econômicas e espaciais trazidas pela Revolução Industrial e pela rápida urbanização dos séculos XIX e XX.

Segundo Castelnou, a necessidade de organizar e planejar as cidades tornou-se evidente com o crescimento desordenado e os problemas urbanos decorrentes, como superpopulação, falta de saneamento básico e desigualdade social. O urbanismo, então, surgiu como uma disciplina científica destinada a enfrentar esses desafios, utilizando metodologias e práticas específicas para ordenar o desenvolvimento urbano de maneira sustentável e eficiente.

Este autor segue argumentando que o planejamento urbano sistematizado envolve a criação de teorias e ferramentas que permitam aos urbanistas prever e administrar o crescimento urbano. Ele enfatiza a importância de uma abordagem interdisciplinar, que integra conhecimentos da sociologia, economia, geografia e outras áreas, para oferecer soluções holísticas e eficazes aos problemas urbanos.

Além disso, sublinha a evolução do urbanismo, ao longo do tempo, desde suas raízes na engenharia e na arquitetura até se tornar uma disciplina autônoma com um corpo teórico próprio. Ele destaca a importância do planejamento urbano participativo, na qual a comunidade local é envolvida nas decisões, garantindo que as soluções urbanísticas sejam adaptadas às necessidades e especificidades de cada região.

É possível definir o espaço geográfico como um “produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante, como as relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade” (Carlos, 1991, p. 15). O homem habita, constrói e reproduz o espaço. Com isso, “o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade» (Carlos, 1991, p. 15).

Para esta autora há uma relação dialética entre a sociedade e o espaço, visto que “é a ação humana consciente que transforma a natureza em espaço geográfico e ao produzi-lo, produz o homem e as relações com os outros homens”. A existência do espaço geográfico está vinculada a uma organização social e à existência de uma organização laboral (Carlos, 1991, p. 16).

Carlos ainda reflete sobre o trabalho como categoria central da análise do processo espacial e aponta que “o trabalho sendo sempre um processo de apropriação pelo ser humano permite discutir as formas como esta apropriação se

realiza, colocando em discussão hoje o espaço como um produto social apropriado individualmente e, portanto, alienado (Carlos, 1991, p. 17). Para a autora:

Assim, o espaço aparece como um produto estranho à sociedade que o produz, uma vez que o trabalho, exterior ao homem, cria também algo estranho a ele: a alienação que não aparece só no processo, mas no seu resultado (Carlos, 1991, p. 17).

Para entender a cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados, os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc. (Spósito, 1994, p. 12).

Eliseu Spósito (1994, p. 88), define infraestrutura urbana como um conjunto de instalações e equipamentos utilizados na extração, transporte e processamento de matérias primas essenciais, nos meios de treinamento da força de trabalho e na fabricação de bens de capital. Sítio urbano, o autor define como área da superfície terrestre na qual se assenta a malha urbana (arruamento de uma cidade). A topografia (variações de altitudes no relevo, que se refere a ondulações ou forma na paisagem que caracterizam a superfície terrestre) pode influir na expansão do sítio urbano (Spósito, 1994, p. 89). Já o solo urbano é a camada superficial da Terra que se estende pelo sítio urbano, onde se estrutura uma cidade, ao qual liga-se a capacidade de se obter renda fundiária e as diferentes possibilidades de se produzir terrenos ou de se construir edificações (Spósito, 1994, p. 90). Território é a extensão relativa a uma área ou um país da base geográfica do Estado, sobre o qual ele exerce sua soberania, e as pessoas exercem suas atitudes de produção e consumo (Spósito, 1994, p. 90).

Conforme Santos (2005, p. 74), a urbanização é definida como o resultado de processos historicamente determinados, que se manifestam como a localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais. Para elucidar essa perspectiva, Santos emprega as noções de estrutura, função e forma, considerando que elas estão no cerne da interpretação da evolução espacial. Essas noções são analisadas em sua inter-relação com a sociedade-realidade e o movimento/processo dessa evolução, abrangendo os objetos resultantes dessas atividades — as formas, que são examinadas tanto por seu aspecto material quanto por seus atributos técnicos e sociais.

Enquanto isso, Maria da Encarnação Spósito (2005) pensa a cidade como um resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes. Para ela, essas cidades são

transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (Spósito, 2005, p. 11).

Dessa forma, pensa-se que a cidade assumiu, como o capitalismo, uma capacidade de produção, que a diferenciava totalmente do processo da urbanização ocorrido na Antiguidade. É nisso que consiste a diferença entre a cidade e o urbano. A cidade antecede ao urbano. E o urbano passa a existir com o capitalismo, - e a Revolução Industrial, - momento em que o espaço se torna socialmente produzido e o território passa a ser mercadoria.

Considerações Finais

A História Urbana, como variedade temática, transcende uma abordagem tradicional focada exclusivamente nos aspectos físicos das cidades, ampliando-se para englobar suas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Este artigo evidencia a evolução dessa área de estudo, destacando sua constituição a partir de múltiplas influências disciplinares, como a sociologia, geografia, economia e antropologia, além de sua relação intrínseca com teorias que interpretam a cidade como produto cultural e histórico. A interdisciplinaridade emerge como aspecto essencial, permitindo um entendimento mais profundo e abrangente da dinâmica urbana. A cidade é apresentada não apenas como um espaço de habitação e trabalho, mas como um palimpsesto, onde camadas de diferentes períodos históricos coexistem e interagem.

Por meio de conceitos teóricos como os de produção do espaço, direito à cidade e urbanização crítica, autores como Lefebvre, Harvey, Castells e Carlos oferecem bases fundamentais para analisar a cidade enquanto reflexo das relações sociais e motor de transformação histórica. Este estudo reforça que a História Urbana não é apenas um reflexo da urbanização moderna ou das condições materiais de produção; ela também se preocupa em compreender como os espaços urbanos influenciam e são influenciados pelos seus habitantes. Assim, os centros urbanos são revelados como arenas de inovação, tensão, conflito e evolução cultural.

A Geografia Brasileira, especialmente por meio das contribuições de Milton Santos, desempenhou um papel fundamental nos estudos urbanos, ao abordar a complexidade do espaço urbano e suas dinâmicas sociais e econômicas. Santos foi pioneiro na análise da cidade, destacando a importância de compreender o processo de urbanização a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

Ele explorou as relações entre o espaço e a sociedade, considerando o impacto da globalização e as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras. Santos também enfatizou a ideia de que a cidade não deve ser entendida apenas como um aglomerado de edificações, mas como um produto das interações sociais, culturais e políticas (Santos, 1993; 1994).

Por fim, este artigo buscou contribuir para firmar a História Urbana como uma variedade temática indispensável para o entendimento das sociedades contemporâneas, destacando a relevância do diálogo interdisciplinar para construção do conhecimento histórico.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- BERLINCK, Manoel Tosta; COHENS, Youssef. Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização na cidade de São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-64, jan./mar. 1970.
- CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 1991.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 3ª ed. 4ª reimpressão. Cidade do México: Siglo XXI, 2014.
- CASTELNOU, Antonio. **Teoria do Urbanismo**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- COULANGES, Fustel de. Cap III: Forma-se a cidade; Cap IV: A cidade. In: **A cidade antiga**. Editora das Américas S.A. EDAMERIS, São Paulo, 2006.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.
- LE GOFF, J. (Org.). **Histoire de la France urbaine**. Paris: Editions du Seuil, 1980-1985.
- LEPETIT, Bernard. É Possível uma Hermenêutica Urbana? In: **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2001, p. 137-153.
- PINOL, J. L. **Le monde des villes au XIX siècle**. Paris: Hachette, 1991.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: **CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 271-296.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 2005.

SILVA, Luis Octávio. História Urbana: A constituição de uma área de conhecimento. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, v.4, n.1/2 – maio/novembro, 2002, p. 75-89.

SIMMEL, Georg. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903). In: SIMMEL, Georg. **Gesamtausgabe**, vol. 7. Frankfurt: M. Suhrkamp, 1995, p. 116-131.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

SPÓSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

WEBER, Max. Tipologia das Cidades. In: **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol 2. Editora da UNB: São Paulo, 2004.